

Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público

<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>



EACH |

campus capital



Escola de Artes, Ciências e Humanidades
Universidade de São Paulo

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, DE 23 DE SETEMBRO DE 2016

- O **CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE**, considerando o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões internacionais e que, mediante acordo firmado com a Ifac que autorizou, no Brasil, o CFC como um dos tradutores de suas normas e publicações, outorgando os direitos de realizar tradução, publicação e distribuição das normas internacionais e demais pronunciamentos em formato eletrônico, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea “f” do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC), elaborada de acordo com o Pronunciamento intitulado *The Conceptual Framework for General Purpose Financial Reporting by Public Sector Entities*, emitido pelo *International Public Sector Accounting Standards Board* da *International Federation of Accountants* (IPSASB/Ifac):

OBJETIVOS DA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Os objetivos estão relacionados ao **fornecimento de informações** sobre a entidade do setor público que são úteis aos usuários dos Relatórios de Contabilidade de Propósitos Gerais - RCPGs para a **prestação de contas e responsabilização** (*accountability*) e **tomada de decisão**.

O propósito é o de **fornecer informações úteis** aos usuários dos RCPGs. Os objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil são determinados com base nos **usuários** dos RCPGs e suas **necessidades** de informações.

USUÁRIOS DOS RCPGS

- **Governos** e outras entidades do setor público obtêm recursos dos contribuintes, doadores, credores por empréstimos e de outros provedores de recursos para serem utilizados na prestação de serviços aos cidadãos e aos outros usuários
- **Usuários dos serviços** e dos provedores de recursos

- Membros do poder **Legislativo**
- Indivíduos que **pagam tributos e recebem benefícios** e não são considerados cidadãos; agências bilaterais ou multilaterais; provedores de recursos e corporações que realizam transações com o governo; bem como aqueles que financiam e/ou se beneficiam dos serviços fornecidos por organizações governamentais internacionais

USUÁRIOS DOS RCPGS

- Os responsáveis pelas estatísticas de finanças públicas, os **analistas**, a mídia, os consultores financeiros, os grupos de interesse público ou privado
- Agências reguladoras e supervisoras, entidades de auditoria, comissões do poder Legislativo ou de outro órgão do governo, ~~órgãos centrais de orçamento e controle,~~ agências de classificação de risco e, em alguns casos, entidades prestadoras de recursos e de fomento
- RCPGs **não** são elaborados e divulgados para atender a necessidades de **informações específicas** ou particulares.

Própositos

- Obrigações relacionadas à prestação de contas e responsabilização (*accountability*) requer o fornecimento de informações sobre a gestão dos recursos da entidade confiados com a finalidade de prestação de serviços aos cidadãos e aos outros indivíduos, bem como a sua adequação à legislação, regulamentação ou outra norma que disponha sobre a prestação dos serviços e outras operações.
- Fornecimento de informação sobre o **desempenho** da prestação dos serviços durante o exercício e a capacidade de **continuidade** dos mesmos em exercícios futuros.
- Prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão

Pontos necessários

- o desempenho da entidade durante o exercício em:
 - (i) satisfazer a sua **prestação de serviços** e outros objetivos operacionais e financeiros;
 - (ii) administrar os recursos pelos quais é responsável; e
 - (iii) estar em **conformidade** com a legislação, regramentos orçamentários ou com os pronunciamentos de outro órgão ou entidade que regulamente a captação e a utilização dos recursos;
- a **liquidez** (por exemplo, a capacidade de satisfazer as obrigações atuais) e a **solvência** (por exemplo, a capacidade de satisfazer as obrigações em longo prazo) da entidade;

Pontos necessários

- A sustentabilidade da prestação de serviços pela entidade e de outras operações em longo prazo, e as mudanças decorrentes como resultado das atividades da entidade durante o exercício, incluindo, por exemplo:
 - (i) a capacidade de a entidade de **continuar a financiar** as suas atividades para satisfazer aos seus objetivos operacionais em futuro (a sua capacidade financeira), inclusive as fontes prováveis de financiamento e a extensão na qual a entidade depende de tais fontes e, portanto, é vulnerável ao financiamento ou a pressões por demandas que estariam fora do seu controle; e
 - (ii) os **recursos físicos** e outros disponíveis atualmente para dar suporte à prestação de serviços no futuro (a sua capacidade operacional); e
- a capacidade da entidade de se **adaptar a novas situações**, devido a mudanças demográficas ou nas condições econômicas nacionais ou globais que provavelmente irão impactar a natureza ou a composição das atividades que realiza ou os serviços que são prestados.

Para os usuários dos serviços

- A entidade está utilizando os recursos com eficácia, eficiência e economicidade, e da maneira pretendida, e se tal uso corresponde ao interesse público;
- O alcance, o volume e o **custo** dos serviços prestados durante o exercício são apropriados, bem como os montantes e as fontes de recuperação dos custos; e
- A **carga tributária** atual e outros recursos angariados são suficientes para manter o volume e a qualidade dos serviços prestados atualmente.

Para os financiadores

- Está alcançando os **objetivos** estabelecidos de modo a justificar os recursos angariados durante o exercício;
- **Financiou** as operações atuais a partir dos recursos angariados dos contribuintes, de empréstimos ou de outras fontes no período atual; e
- Provavelmente necessita de **recursos adicionais** (ou menos recursos) no futuro e as fontes prováveis destes recursos

Informação fornecida pelos RCPGs

- **Situação patrimonial,**
 - salvar e administrar os recursos da entidade
 - extensão na qual os recursos estão disponíveis
 - montantes e o cronograma de fluxos de caixa futuros
- **Desempenho**
 - adquiriu recursos com economicidade e os utilizou com eficácia e eficiência
 - custos da prestação de serviços e os montantes e fontes de recuperação desses custos
 - financiados pelo aumento do nível de endividamento da entidade.

Informação fornecida pelos RCPGs

✓ Fluxos de caixa

- ✓ Do desempenho, da liquidez e da solvência
- ✓ Empréstimos tomados e pagos, bem como as suas aquisições e vendas, por exemplo, do seu ativo imobilizado
- ✓ Recursos recebidos a partir de, por exemplo, tributos e investimentos ou as transferências de recursos concedidas ou recebidas em transações com outros governos, órgãos governamentais ou organismos internacionais

Resultado da prestação de serviços

- ❑ O **desempenho** dos governos e da maioria das entidades do setor público não está total ou adequadamente refletido em qualquer medida de resultados financeiros
- ❑ Mensurações quantitativas dos **produtos e resultados** das atividades de prestação de serviços da entidade durante o exercício fornecem informações relevantes sobre o cumprimento dos objetivos da prestação de serviços
 - ❑ O custo, o volume e a frequência da prestação de serviços e a relação dos serviços prestados com a quantidade de recursos da entidade.
 - ❑ Comunicar a realização dos objetivos pela qualidade de determinados serviços prestados ou do resultado de determinados programas.

Informações financeiras e não financeiras **prospectivas**

- As decisões tomadas pelo governo ou por outra entidade do setor público em determinado período sobre programas para a prestação e financiamento de serviços no futuro podem ter consequências significativas para:
 - Usuários que são dependentes desses serviços no futuro;
e
 - Gerações atuais e futuras de contribuintes e outros provedores involuntários que recolhem tributos e taxas para financiar as atividades planejadas de prestação de serviços e os compromissos financeiros relacionados.

CAPÍTULO 3 – CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS

Relevância: “influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.”

Representação fidedigna: “a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar.”

Compreensibilidade: “qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado.”

Tempestividade: “ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil”

Comparabilidade: “possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos”

Verificabilidade: “assegurar que a informação contida nos RCPGs representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar”

Restrições acerca da informação incluída nos RCPGs

- **Materialidade**: se a omissão ou distorção influenciar o cumprimento dos objetivos
- **Custo-benefício**: “A informação contábil impõe custos, e seus benefícios devem justificá-los”
- **Equilíbrio** entre as características qualitativas: “As características qualitativas funcionam, conjuntamente, para contribuir com a utilidade da Informação”

Elementos das Demonstrações Contábeis (Capítulo 5)

Ativo:

- É um **recurso** controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.
- **Recurso**: É um item com **potencial** de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos.
 - O potencial de serviços ou a capacidade de gerar benefícios econômicos podem surgir diretamente do próprio recurso ou dos direitos de sua utilização. Alguns recursos incluem os direitos da entidade a uma série de benefícios, inclusive, por exemplo, o direito a:
 - utilizar o recurso para a prestação de serviços (inclusive bens);
 - utilizar os recursos de terceiros para prestar serviços como, por exemplo, arrendamento mercantil;
 - converter o recurso em caixa por meio da sua alienação;
 - beneficiar-se da valorização do recurso; ou
 - receber fluxos de caixa.

Elementos das Demonstrações Contábeis

Mensuração do Ativo:

Base de mensuração	Entrada ou saída	Observável, ou não, no mercado	Específica, ou não, à entidade
Custo histórico	Entrada	Geralmente observável	Específica para a entidade
Valor de mercado (quando o mercado é aberto, ativo e organizado)	Entrada e saída	Observável	Não específica para a entidade
Valor de mercado (em mercado inativo)	Saída	Depende da técnica de atribuição de valor	Depende da técnica de atribuição de valor
Custo de reposição ou substituição	Entrada	Observável	Específica para a entidade
Preço líquido de venda	Saída	Observável	Específica para a entidade
Valor em uso	Saída ^(*)	Não observável	Específica para a entidade

Elementos das Demonstrações Contábeis

Passivo:

- É uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
- Obrigação presente: é uma obrigação que ocorre por força de lei (obrigação legal ou obrigação legalmente vinculada) ou uma obrigação que não ocorre por força de lei (obrigação não legalmente vinculada), as quais não possam ser evitadas pela entidade.
- Saída de recursos da entidade:
 - Um passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser liquidado ou extinto.
 - A obrigação que pode ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo.
 - A Para os fins desta estrutura conceitual, os termos “liquidado” ou “liquidação” não se confundem com os termos correspondentes utilizados na execução orçamentária, conforme legislação brasileira sobre orçamento.

Elementos das Demonstrações Contábeis

• Mensuração do Passivo:

Base de mensuração	Entrada ou saída	Observável, ou não, no mercado	Específica, ou não, à entidade
Custo histórico	Entrada	Geralmente observável	Específica para a entidade
Custo de cumprimento da obrigação	Entrada	Não observável	Específica para a entidade
Valor de mercado (quando o mercado é aberto, ativo e organizado)	Entrada e saída	Observável	Não específica para a entidade
Valor de mercado (em mercado inativo)	Saída	Depende da técnica de atribuição de valor	Depende da técnica de atribuição de valor
Custo de liberação	Saída	Observável	Específica para a entidade
Preço presumido	Entrada	Observável	Específica para a entidade

Elementos das Demonstrações Contábeis

Receita e despesa:

Receita corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.

Despesa corresponde a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.

- Originam-se de transações com contraprestação e sem contraprestação, de outros eventos, tais como: aumentos e decréscimos não realizados de ativos e passivos; do consumo dos ativos por meio da depreciação; e da redução do potencial de serviços e da capacidade de gerar benefícios econômicos por meio da redução ao valor recuperável.

Elementos das Demonstrações Contábeis

Superávit ou déficit do exercício

- O superávit ou o déficit da entidade para o exercício é a diferença entre as receitas e as despesas que constam na demonstração que evidencia o desempenho das entidades do setor público.

FIMM